

GERAL

SOCIEDADE

Para ACM, é preciso reagir à baderna

Para presidente do Senado, empresários não devem ficar acuados "diante de movimentos que querem agir sem barreiras"; anteontem, João Stedile, do MST, afirmou que desempregados devem ocupar supermercados

O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), conclamou os empresários a não ficar acuados "diante de movimentos que querem agir sem barreiras". Magalhães referia-se aos movimentos dos sem-terra e sem-teto. "É preciso fazer uma agenda positiva, reagir à baderna, como fez o governo hoje", defendeu. Ele repetiu o termo usado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de posse dos ministros da Justiça e dos Transportes.

A declaração do presidente do Senado foi entendida como resposta ao coordenador do Movimento dos Sem-Terra (MST), João Pedro Stedile. Anteontem, Stedile incitou os sem-teto a ocupar terrenos baldios e os desempregados a ocupar supermercados.

Em nenhum momento, porém, Antônio Carlos citou o nome do movimento. Mas elogiou a decisão do governo de processar o coordenador do MST, que, a seu ver, cometeu crime contra a segurança nacional.

Para o presidente do PT, José Dirceu, a reação de ACM e do governo representam um retrocesso. "É uma falsa questão", disse em Brasília. Dirceu afirmou que "o governo fazia a mesma coisa quando o Lula surgiu". Para o petista, quando Luiz Inácio Lula da Silva desmontou como líder sindicalista nas greves no ABC paulista também foi acusado de "baderneiro". "Os movimentos sociais não pregam violência e acabam de fazer mobilizações gigantes e pacíficas em Brasília e no ABC", afirmou. De acordo com ele, as declarações de Stedile foram retiradas do contexto e estão sendo usadas para esconder a "verdadeira violência que é o assassinato de pessoas despolitizadas no conjunto resi-

dencial de São Paulo".

Para José Dirceu, o discurso feito ontem pelo presidente da República "foi pior do que os que eram feitos pelos governantes no tempo da ditadura". Dirceu afirmou também que o governo tenta mascarar a corrupção existente na compra de votos na Câmara dos Deputados e o esvaziamento do Congresso.

No Rio, o governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque (PT), condenou o teor das declarações de Stedile. "Esse tipo de declaração é perigosa, porque rompe com a convivência e o acordo democrático na sociedade, uma conquista obtida após longo período de ditadura", disse Buarque.

O governador, que participou do 9º Fórum Nacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disse entender "o desespero de Stedile, que tem lutado muito em favor da reforma agrária". O governador, entretanto, afirmou ter sido "radicalmente contra a conglomeração do MST".

O prefeito de Porto Alegre, Raul Pont (PT), considerou que "houve exagero na interpretação das palavras de Stedile". Segundo Pont, os sem-teto não têm o nível de organização que justifique "o chamamento feito por Stedile". Ele disse que as administrações petistas não temem a organização popular.

O cientista político Bolívar Lamounier considerou irresponsáveis as afirmações de Stedile. "Declarações dessa natureza podem influenciar algumas pessoas a adotar métodos violentos", disse Lamounier, em São Paulo. Para ele, é equivocado pensar que invasões indiscriminadas possam solucionar as questões sociais.

BUARQUE
AFIRMA QUE
DECLARAÇÃO É
PERIGOSA

Resende acha declarações de Stedile "inaceitáveis"

BRASÍLIA — O novo ministro da Justiça, Íris Resende, condenou ontem as declarações do coordenador nacional do MST João Pedro Stedile que conclamou os sem-teto a ocupar terrenos baldios e os desempregados os supermercados. "As declarações foram infelizes e inaceitáveis", afirmou o ministro, para quem "todos têm o direito de reivindicação, mas dentro da lei".

Íris Resende tomou posse ontem prometendo realizar um "autêntico mutirão permanente de segurança pública" para reduzir os índices de violência nas cidades e zonas rurais. Resende espera traçar as linhas desse mutirão com secretários de Justiça e de Segurança Pública de todos os Estados.

"O cidadão reclama proteção contra a onda de criminalidade que, a exemplo de outros países, também aqui nos alcança", afirmou. Nessa onda de violência, o ministro incluiu os "exageros acintosos" de manifestações reivindicatórias, como a invasão da sede do Ministério do Planejamento por agri-

cultores. Resende avisou que não serão admitidos exageros. O ministro afirmou que pretende reunir-se com as entidades representativas, como o MST. "Vamos resolver os problemas com conversação".

O ministro da Justiça afirma que, na sua gestão, o respeito à cidadania continuará sendo prioritário. Entre os programas desenvolvidos no ministério para garantir respeito aos direitos

humanos, os de assistência às crianças, aos adolescentes, aos idosos, aos deficientes e às minorias deverão ganhar reforço. O ministro explicou ser necessário ampliar a atuação do ministério nessas faixas para compatibilizá-la com a realidade

de novos problemas. O ministro quer também "humanizar" o sistema penitenciário em parceria com os governos estaduais.

Resende disse que os nomes dos integrantes de sua equipe serão anunciados nas "próximas horas". O ministro não quis adiantar possível mudança na presidência da Funai.

Juíza manda desocupar Fazenda Pastoriza, no PA

A juíza Sarah Castelo Branco Rodrigues, de São João do Araguaia (PA), mandou despejar e exigir ontem, pela terceira vez em quatro meses, que as 1,2 mil famílias que ocupam desde fevereiro os 15 mil hectares da Fazenda Pastoriza deixem imediatamente o local. Segundo Gladson Barbosa de Souza, coordenador do MST, ninguém sairá do local. "O pessoal está disposto até a morrer, se for preciso, mas não vai deixar para trás uma luta que dura desde 1995", afirmou.

O MST entende que a fazenda já deveria ter sido desapropriada há muito tempo pelo governo, pois foi declarada improdutiva pelo Incra. "Fizemos roçado, limpamos a área, mas o governo nada fez até hoje para garantir o nosso direito", acrescentou o líder dos sem-terra,

que esteve ontem na Assembléia Legislativa, em Belém, pedindo a interferência dos deputados para, segundo ele, "evitar um banho de sangue". O deputado João Batista Araújo (PT) culpou antecipadamente a juíza pelo que vier a ocorrer na fazenda. "Ela foi precipitada e está dando razão a quem não tem", disse.

O advogado do MST, Juvelino Strozake, deu entrada ontem em pedido de habeas-corpus no Tribunal de Justiça de Campo Grande a favor do líder sem-terra Antônio Bórborema. O dirigente estadual dos sem-terra teve a prisão temporária solicitada pelo juiz Danilo Burim, de Naviraí, no extremo sul de Mato Grosso do Sul, acusado de liderar a invasão à Fazenda Santo Antônio, em Itaquiraí. Bórborema está foragido.



Stedile: coordenador do MST orientou sem-teto a ocupar terrenos baldios 'que só serviriam à especulação'

João Stedile afirma que foi mal-interpretado

Líder disse que queria dizer que os famintos devem se organizar para chamar a atenção

MARIA LÍGIA PAGENOTTO

O líder nacional do Movimento dos Sem-Terra (MST) João Pedro Stedile disse ontem que suas declarações feitas durante o 9º Fórum Nacional, na quarta-feira, no Rio, foram mal-interpretadas pela imprensa. Stedile disse aos jornalistas presentes ao encontro que os desempregados urbanos deveriam "ocupar os supermercados para garantir um direito que está na Bíblia, o de que todo homem pode comer".

"Incitar ao saque não é a linha do MST nem minha opinião pessoal", garantiu. "O que eu quis dizer é que os 32 milhões de famintos que existem no Brasil devem se organizar pa-

ra chamar a atenção, fazendo vigílias em frente dos supermercados."

Ele voltou a dizer que o movimento não tem vínculo orgânico com os sem-teto. "Mas orientamos a todos os companheiros que tenham problemas de moradia que se organizem e ocupem terrenos baldios, que só servem para a especulação imobiliária."

Na opinião de Stedile, "o governo reagiu tão intempestivamente à sua declaração porque quer desviar a atenção da CPI da reeleição". Stedile classificou a reação de Fernando Henrique Cardoso de "estabanada". Disse que o presidente está nervoso com a queda da sua popularidade. "Fernando Henrique é um homem muito vaidoso, ficou abalado diante do grande

apoio popular que temos."

Stedile afirmou ainda que apoia manifestações de desempregados em frente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e em portas de fábricas. "Faz dez anos que a indústria brasileira não cria empregos."

Stedile acha que suas declarações receberam um destaque amplo demais na imprensa. "Não disse nenhuma novidade", afirmou. "Tudo o que eu falei está garantido no artigo 5º da Constituição, que prevê o di-

reito à casa, ao livre pensamento, a comer", completou. Para o líder do MST, o ministro da Justiça, Íris Resende, foi quem incitou à violência. "Ele disse que o crime é às vezes inevitável, justificando a morte, pela po-

DIRIGENTE
CONSIDERA
REAÇÃO
"ESTABANADA"

Juristas divergem sobre enquadrar líder

Advogado Rogério Gandra Martins diz que Stedile infringiu os artigos 286 e 287 do Código Penal

Os juristas divergem sobre o enquadramento de João Pedro Stedile como autor de crimes contra a paz pública. Para o advogado Rogério Gandra Martins, Stedile infringiu os artigos 286 e 287 do Código Penal, que tratam de incitação e apologia do crime. As penas previstas para cada um dos crimes variam de três a seis

meses de detenção ou pagamento de multa. "Ele não só incitou o ato como o justificou citando a Bíblia", avaliou.

O jurista Tales Oscar Castelo Branco discorda. Ele argumenta que o discurso era uma pregação social sem intenção de prática de crime, mas a tentativa de chamar a atenção do governo para sua responsabilidade. "Não se deve usar mecanismos de repressão da criminalidade contra os idealistas que procuram o bem-estar do povo."

O vigário da área de comunicações da Arquidiocese de São Paulo, padre

Fernando Altemayer, disse que o direito de comer a que Stedile se referiu aparece várias vezes na Bíblia. Altemayer afirmou que Stedile não incitou à invasão de supermercados. Para ele, as palavras do líder foram distorcidas.

O religioso disse que, no *Velho Testamento*, pelo menos dois profetas, Isaías e Amós, conclamaram o povo a reagir com saques quando estivesse em situação de penúria. O padre citou o capítulo 55, versículo 1, do livro de Isaías: "Atenção! Todos os que estão com sede, venham buscar água. Venham também os que não têm dinhei-

ro: comprem e comam sem dinheiro e bebam vinho e leite sem pagar."

Para Stedile, o autor intelectual da miséria no campo e na cidade responde pelo nome de Fernando Henrique. "Se o governo não tem programa para fixar o homem no campo, as famílias vêm para a cidade, onde falta emprego e há violência."

O líder vê a iniciativa do governo de solicitar ao Ministério Público do Rio abertura de inquérito para processá-lo criminalmente como uma retaliação. "Tudo porque não aceitamos participar da comissão para discutir a reforma agrária."

O deputado Luiz Eduardo Greinhalgh (PT/SP), também advogado do MST, disse acreditar que "não existe promotor público disposto a obedecer a uma ordem dessas". Para ele, esse processo não dará em nada. "Se der, vamos nos defender." Segundo o deputado, "nenhum general ou presidente da ditadura mandou ministro da Justiça abrir processo".

FRASES

"Esse tipo de declaração é perigosa, porque rompe com a convivência e o acordo democrático na sociedade, uma conquista obtida após longo período de ditadura"

Cristóvam Buarque (PT), governador do Distrito Federal

"Houve um exagero na interpretação das palavras de Stedile"

Raul Pont (PT), prefeito de Porto Alegre

"A justiça social é fundamental, não a propriedade"

padre Fernando Altemayer, vigário da área de Comunicações da Arquidiocese de São Paulo

"Precisamos estimular o diálogo e não o confronto"

Cássio Toniguchi (PDT), prefeito de Curitiba

"Os trabalhadores sem-teto, os desempregados e os famintos têm o direito de se organizar; isso é condição mínima da construção de qualquer sociedade democrática"

João Pedro Stedile, coordenador nacional do MST

"Já sofremos muito com uma ditadura no Brasil por causa de irresponsabilidades como essa"

Luiz Paulo Conde (PFL), prefeito do Rio

Seligman deve ser o novo presidente do Incra

O engenheiro Milton Seligman deverá ser o novo presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ele ocupava, até ontem, o cargo de ministro interino da Justiça e deve substituir Nestor Fetter, funcionário aposentado do Banco do Brasil, na direção do órgão. Seligman foi convidado pessoalmente pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

O afastamento de Fetter só se-

rá anunciado oficialmente quando o ministro da Reforma Agrária e Política Fundiária, Raul Jungmann, retornar de uma viagem particular a Argentina, no dia 27. Sua queda, no entanto, começou no início do ano, quando ele assinou a compra pelo Incra de propriedades rurais no Estado do Tocantins com suspeita de superfaturamento. O fato desagradou ao presidente da República, que pediu a Raul Jung-

mann a mudança no comando do instituto.

Nestor Fetter já sabia da decisão na sexta-feira, quando fez críticas contundentes à estrutura do Incra e queixou-se da atuação dos funcionários do órgão durante encontro com secretários da Agricultura, em Brasília. Entre as críticas, admitiu a falta de controle pelo instituto na condução da reforma agrária e acusou o Incra de atuar de forma

reativa. "Invade, desapropria e assenta", disse, insinuando que o governo está refém do Movimento dos Sem-Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). "A estrutura do Incra não é grande, mas, sim, cheia de técnicos e burocratas", afirmou.

Fetter foi conduzido à presidência do Incra por Jungmann com a incumbência de modernizar a estrutura do órgão.